Eugênio Gudín, um liberal entre os liberais

José Renato Lattanzi ¹–

Resumo: *O fundamental do pensamento de Eugênio Gudín está em sua disposição de entender o liberalismo em termos políticos, e não limitado ao campo econômico. Dessa forma, suas críticas aos governos democráticos do Brasil pré-1964 devem ser entendidas como resultado de um compromisso com a estabilidade da economia e, por conseguinte, das instituições republicanas. O apoio desse economista ao golpe militar e sua desilusão com o regime autoritário fazem parte do mesmo pensamento.*

Palavras-chave: Pensamento liberal; economia política; democracia; regime autoritário.

Summary: *The fundamental of the thought of Eugenio Gudín is at your disposal to understand liberalism in political terms, is not limited to the economic field. This way, his criticism of the democratic governments of Brazil pre-1964 should be understood as the result of a compromise with the stability of the economy and, therefore, of republican institutions. The support of an economist to the military coup and his disappointment with the authoritarian regime are part of the same thoughts.*

Keywords: Liberal thinking; political economy; democracy; authoritarian regime.

Eugênio Gudín, um liberal entre os liberais

Definir Eugênio Gudín apenas como economista é menosprezar seu papel como figura de destaque do liberalismo brasileiro. Engenheiro de formação, seu interesse pela economia foi resultado de uma renitente filiação ao pensamento liberal, manifestada na defesa de um modelo capitalista ancorado na liberdade de ação para os agentes econômicos.

Considerando as vantagens do liberalismo, Gudín assegurou que “o ideal é o mercado em livre concorrência e a mobilidade dos fatores de produção, é a produção regulada pelo sufrágio ininterrupto dos preços traduzindo a demanda efetiva de mercadorias e serviços”. ²

No entanto, mais do que destacar os aspectos econômicos da ideologia, seu interesse era tratar da influência positiva que a economia liberal teria sobre a política,

valorizando, assim, o conceito de liberdade. Dessa forma, ficaria caracterizado que, em termos políticos, “o sistema econômico [liberal] é o caminho da democracia”.³

O sentido da discordância

Logo após a crise de 1929, o sentido de liberdade, política ou econômica, estava em descrédito: o liberalismo perdia espaço para os regimes autoritários na Europa, enquanto o Brasil passava a valorizar o papel do Estado como agente de promoção de medidas econômicas e sociais.⁴

Nesse momento, Gudin foi uma voz discordante, mantendo-se fiel aos seus princípios. Em sua opinião, mesmo com a maior complexidade das instituições republicanas, e o Estado implantando leis e medidas estruturadas em um código de comportamento econômico, não havia justificativa para que a esfera pública invadisse “a seara privativa da iniciativa particular”.⁵

Um dado que complementa a rejeição ao centralismo estatal é que, em sua avaliação, a formação sócio-política da América Latina inviabilizara a formação de um sistema democrático tão bem ajustado quanto o que se estabelecera entre os norte-americanos. Para o economista, países como o Brasil teriam, primeiro, que investir no modelo educacional, e, depois, pensar no estabelecimento de regimes democráticos duradouros. Ou seja, dentro desta lógica, “o direito de voto exercido por multidões não educadas simplesmente reproduziria o atraso”.⁶

Em decorrência dessa visão, considerada elitista por seus adversários, Gudin rejeitou, peremptoriamente, qualquer projeto mais radical de solução para os problemas brasileiros. Trabalhismo, socialismo ou nacionalismo receberam do economista a mesma aversão por ideias que tirassem do pensamento liberal a primazia em promover o equilíbrio das forças que interagem na sociedade. Em sua análise, era no capitalismo que se encontravam os elementos capazes de solucionar as questões sociais sem que fosse preciso recorrer ao extremismo.⁷

O conceito de industrialização

Membro do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, a partir de 1937, Gudin criticou a proposta de medidas oficiais voltadas para a

proteção das indústrias de base. Em concordância com a lógica liberal e em defesa da livre iniciativa, sua proposta foi que se respeitasse o sistema de economia de mercado, no qual os riscos são inerentes a qualquer empreendimento, não cabendo, portanto, qualquer argumento em favor da intervenção estatal.⁸

A importância do economista pode ser avaliada por sua participação, como delegado brasileiro, da Conferência Monetária Internacional, realizada em Bretton Woods, EUA, em 1944. Desta reunião, surgiu o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), além do restabelecimento dos princípios liberais que norteariam o comércio internacional.⁹

O retorno a um ambiente favorável ao pensamento liberal trouxe, portanto, novo estímulo às ideias de Gudin, consolidando sua imagem como um dos mais respeitáveis pensadores da realidade brasileira. Contudo, é desse período, também, o embate de ideias com o economista Roberto Simonsen, defensor de um planejamento econômico voltado à industrialização do país.¹⁰

A questão aí envolvida era que, ao planejar um modelo de industrialização, o governo estaria sendo estimulado a intervir na iniciativa privada. Esse era um princípio firmemente rejeitado por Gudin, que, além disso, criticava o sistema protecionista reivindicado pelos industriais brasileiros.

Em razão de seus posicionamentos, o economista seria definitivamente considerado adversário da industrialização. Segundo seus biógrafos, essa pecha tornou-se permanente, “uma vez que [ele] não se furtava a dizer que a alocação equilibrada de recursos entre setores urbano e rural seria impossível se a proteção contra a concorrência externa pretendida pelos industriais fosse perpetuada”.¹¹

Esse conceito era reforçado pela afirmação de que o economista pensava o Brasil unicamente como um país agrícola que deveria deixar de lado o projeto de industrialização para se dedicar ao modelo agroexportador. Contudo, Roberto Campos tem outra perspectiva a esse respeito: “Gudin insistia em que o processo industrializante deveria observar as linhas de vantagens comparativas e deveria caber principalmente ao setor privado, sem se relegar a agricultura à posição de vaca leiteira para financiar a industrialização”.¹²

A vocação nacional

Nesse sentido, o pensamento de Gudin voltava-se para um regime de livre comércio que incluiria o livre trânsito do capital estrangeiro no território nacional. Em sua análise, essa seria a melhor maneira de estimular a produção e, conseqüentemente, controlar qualquer descontrole inflacionário. A tarefa do governo estaria limitada a incentivar as atividades econômicas mais ajustadas às características do país, que, no caso brasileiro, seriam aquelas relacionadas com a produção agrícola.¹³

No debate travado com Roberto Simonsen e outros industrialistas, Gudin destacava que o Brasil não havia sido favorecido pela natureza com vastas extensões de terras férteis, como as da Argentina. Portanto, essa deficiência teria que ser superada pelo investimento na produção de bens primários. Em suas palavras, “precisamos é de aumentar nossa produtividade, em vez de menosprezar a única atividade econômica em que demonstramos capacidade de produzir vantajosamente, isto é, capacidade para exportar”.¹⁴

Embora se mostrasse mais preparado do que Simonsen na discussão acerca da presença ostensiva do Estado no processo de industrialização, Gudin viu, nos anos seguintes, suas teses encontrarem pouca repercussão na sociedade. Prevaleceu a noção de um desenvolvimento comandado pelo setor público, que seria ainda responsável por uma política de incentivos à iniciativa privada. Isso incluiria o estabelecimento de barreiras protecionistas que, de modo geral, inviabilizariam o livre comércio nos moldes preconizados pelo economista.

A esse respeito, Gudin lamentou: “o empresariado brasileiro acostuma-se a depender do governo. E de fato, depende muito. O governo tem um controle enorme sobre a economia, de maneira que o empresário vive é a adular o governo para obter vantagens e incentivos”.¹⁵

O intervencionismo estatal foi, também, um dos motivos para que o economista se opusesse às teses da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL)¹⁶. Em termos gerais, esse organismo avaliava que os países latino-americanos não poderiam se desenvolver sob uma economia fundamentada na exportação de produtos primários. Para que estas nações se libertassem do domínio exercido pelos centros financeiros mundiais, seria preciso que os governos locais investissem no planejamento econômico, o que reforçava a perspectiva protecionista.¹⁷

Pode-se dizer que Gudin chegou ao centro do poder após a morte de Getúlio Vargas, no governo Café Filho. Indicado pelo proprietário do *Correio da Manhã*, Paulo Bittencourt, o economista assumiu o Ministério da Fazenda, levando para o cargo os princípios básicos da doutrina liberal.

Em agosto de 1954, o país vivia uma crise econômica, resultado do boicote dos Estados Unidos ao café brasileiro e do avanço da inflação. Como parte de um ministério formado, basicamente, por representantes do antigetulismo, Gudin encarregou-se de colocar em prática uma política de austeridade monetária.

Imbuída de um caráter impopular, a receita incluía a restrição ao crédito e a redução de gastos públicos, o que deveria baixar a taxa inflacionária e reequilibrar as contas externas. Na avaliação do ministro, o esforço devolveria credibilidade ao Brasil, atraindo o apoio dos organismos financeiros internacionais.¹⁸

Mas, na verdade, as medidas restritivas causaram a redução da atividade produtiva, o que levou a um efeito inesperado: parte considerável do setor industrial entrou em crise, afetando, em seguida, o sistema bancário. Na avaliação de Carlos Lessa, “na ausência de um sistema seletivo de importação e crédito, qualquer tentativa de contenção conduziria a uma brusca e desordenada contração do setor mais dinâmico da economia”.¹⁹

Contudo, o ato de maior repercussão foi, certamente, a edição da Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), que favorecia a atuação das empresas transnacionais. Com essa medida, as multinacionais em operação no país podiam importar equipamentos sem a cobertura de taxa cambial, o que, em última análise, favorecia a entrada de investimentos estrangeiros.

Vista como uma forma de discriminação à indústria local, a iniciativa foi duramente criticada pelos nacionalistas. A partir daí, além de ser visto como adversário da industrialização, o economista ganhou o epíteto de “entreguista”.²⁰

No entanto, em meio aos trabalhos de estabilização monetária²¹, o ministro viu-se cerceado por ajustes político-partidários. Pensando nas eleições para a presidência da República, Café Filho cedeu aos argumentos do prefeito paulistano, Jânio Quadros, que exigiu maior participação de São Paulo no ministério. Inconformado com as interferências em sua pasta, o economista pediu demissão, encerrando um período de oito meses como ministro da Fazenda.²²

Um homem de imprensa

Eugênio Gudín passara a divulgar suas ideias na grande imprensa em 1924, quando se tornou diretor de *O Jornal*, o primeiro veículo dos *Diários Associados* de Assis Chateaubriand. Três anos depois já publicava sua coluna de economia no *Correio da Manhã*, da família Bittencourt, onde permaneceu até 1954.

Após o breve período passado no governo Café Filho, o ex-ministro teve presença esporádica em *O Estado de S. Paulo*, e retornou, por alguns meses, ao jornal de Paulo Bittencourt. No entanto, foi em *O Globo* que o economista ancorou de modo definitivo sua coluna, se valendo da grande circulação desse diário para maior divulgação de suas ideias.

Apesar de tratar de um tema árido, Gudín tinha a competência de tornar a economia algo mais palatável aos seus leitores, conseguindo demonstrar como as decisões do setor público nessa área afetavam o dia-a-dia da população. Como um veículo popular, o jornal de Roberto Marinho poderia ser visto como o espaço ideal para o esclarecimento de questões econômicas relativamente complexas, desde que tratadas como fatos do cotidiano.

Isso não impediu, contudo, que surgissem críticas quanto ao que seria um espaço pouco adequado para análises mais aprofundadas. Em resposta, Gudín contrapôs que, se o país fosse governado por quem tivesse algum conhecimento sobre economia, “poderiam os economistas manter-se afastados das lides da imprensa”. Assim, o “que eu venho empreendendo, [...] no sentido de esclarecer, na medida do possível, a opinião do país e de seus governantes, parece-me, portanto, [...] tarefa patriótica”.²³

No entanto, podia-se dizer que o ex-ministro era um colunista pouco adequado a esse jornal. *O Globo*, assim como a maior parte da grande imprensa, defendia um projeto de industrialização que favorecesse as empresas nacionais. O jornal de Roberto Marinho ia um pouco além, fazendo a defesa incondicional dos interesses do setor comercial, num condicionamento que aproximava sua linha editorial do protecionismo preconizado pelos nacionalistas. Nada mais distante, portanto, do pensamento de Gudín, baseado no repúdio a qualquer forma de restrição à liberdade de negociar.

Os exemplos dessa dicotomia são variados, mas, um dos mais expressivos foi aquele causado pelo rompimento do país com o Fundo Monetário Nacional (FMI), em 1959. A decisão do governo Kubitschek recebeu o apoio de *O Globo*, que, no editorial

“Não pode o Brasil sacrificar o seu futuro”, reconheceu a impossibilidade de se aceitar, dos técnicos daquele organismo, a sugestão de “medidas que comprometeriam o nosso surto econômico, por eles mal estimado”.²⁴

Dessa forma, a avaliação do jornal se fazia em torno dos “possíveis efeitos de uma drástica disciplina financeira sobre o custo de vida no Brasil”, porque não se deveria “ignorar que um novo movimento altista acarretaria consequências sociais imprevisíveis”.²⁵

No entanto, seu articulista de economia tinha outra visão sobre o tema. Em sua análise, Gudin reconheceu que o pedido do FMI, de liberação da taxa cambial, “é, muito aproximadamente, aquilo que eu sugerira [...], não sei como pode o Brasil insurgir contra os excelentes conselhos do Fundo Monetário!”.²⁶

O que está em questão, portanto, não é o debate em torno das propostas do FMI, mas o fato de que um dos principais articulistas do jornal defendesse ideias absolutamente contrárias ao pensamento dominante na empresa. Mais do que a formação de um ambiente propício à diversidade de opinião, o que esse dado sugere é que o ex-ministro ingressara na empresa com um nível considerável de autonomia.

Cabe considerar, porém, que o texto de Gudin coincidia perfeitamente com a perspectiva oposicionista da grande imprensa, presente mesmo num órgão conciliador como *O Globo*. Assim, bastava essa coincidência de propósitos para que o ex-ministro da Fazenda mantivesse a credibilidade no meio jornalístico, se tornando, com o tempo, um articulista cada vez mais respeitável e popular entre os leitores. O que explica boa parte do trabalho de convencimento por ele exercido em meio aos preparativos para o golpe militar de 1964.

O “revolucionário”

Eugênio Gudin nunca deixou de manifestar seu descontentamento com o ideário esquerdista. Sua rejeição a políticos como Getúlio Vargas, João Goulart, Leonel Brizola e Juscelino Kubitschek se apoiava no conceito de que trabalhismo e estatismo estavam diretamente relacionados, e que ambos seriam o passo inicial para a implantação de um regime de inspiração comunista no Brasil.²⁷

Nesse sentido, a manifestação do ex-ministro tornava-se valor de referência para os que viam a situação político-institucional como insustentável. Acerca do seu papel

como ideólogo do golpe militar, Carneiro esclarece que “foi Eugênio Gudin um dos mais destacados pregadores da revolução de 31 de março de 1964 [...] Os artigos que escreveu sobre a situação do país exerceram forte influência na opinião pública, alarmada com a desordem que dia a dia se acentuava”.²⁸

Através de suas colunas em *O Globo*, o economista avalizara a candidatura de Jânio Quadros, e, com a renúncia deste, ficava abalada a perspectiva de uma solução constitucional para a crise político-institucional. A ascensão de Goulart à presidência da República reforçou essa avaliação, visto que Gudin o considerava “um herdeiro de Vargas e um ‘caudilho irresponsável’, a quem não suportava tanto quanto a Juscelino”.²⁹

Dreifuss lembra que o influente Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), que se dedicava à formação de um corpo técnico voltado para a defesa dos interesses das multinacionais e de seus sócios, era dirigido, no início da década de 1960, por Gudin. Considerando-se que o empresariado teve participação ativa na formulação do golpe militar, fica evidente que a participação do economista não se limitava às colunas do jornal.³⁰

Cabe destacar que o ex-ministro, assim como muitos conspiradores, preconizava a destituição de Goulart como uma medida preventiva. Em sua avaliação, as reformas de base pretendidas pelo presidente da República formavam uma “plataforma genérica”, mas a proposta de reforma agrária era uma ameaça concreta. Gudin temia que a desapropriação deixasse de considerar “o preço justo – o preço de mercado. Impor outro preço significaria impor o caudilhismo na condução dos problemas brasileiros. Sair da lógica natural do mercado. Navegar na agitação irresponsável”.³¹

Assim, o pensamento conservador encontrava justificativa nos critérios econômicos para se mobilizar contra transformações sociais mais efetivas. Esse dado se refletiria na relativização do texto constitucional, superado, na lógica golpista, em nome da preservação de valores pretensamente ameaçados.

Explica-se, dessa forma, a conclusão do economista de que a destituição de Goulart fora motivada pela “reação do povo brasileiro e de suas Forças Armadas contra a tentativa perpetrada por um conjunto comuno-anarquista que visava levar o país ao caos e atrelá-lo ao grupo de países comandados pelo marxismo”.³²

Portanto, na concepção de Gudin, o movimento militar se revestira de um caráter popular, o que o credenciaria como ato político do conjunto da sociedade. Nos anos

seguintes, o ex-ministro se valeria de seus artigos para reafirmar suas esperanças em um Brasil mais comprometido com um projeto econômico de longo prazo.

O fim da demagogia

Assim como muitos entre seus contemporâneos, Eugênio Gudin viu o golpe militar de 1964 como medida necessária para afastar do poder um projeto político dito populista. As Forças Armadas, o poder moderador, teriam intervindo com o objetivo de promover o expurgo das lideranças esquerdistas, o que permitiria ao país restabelecer a ordem, inclusive a econômica. Resolvida a crise política, seria preciso “conter e corrigir a inflação, firmar a estabilidade monetária, reorganizar a economia, promover a eficiência dos transportes, cuidar da produtividade industrial e agrícola, como da educação”.³³

Por isso, seu entusiasmo com o governo Castello Branco incluía a defesa de medidas preventivas que impedissem novas aventuras políticas. Ao lado da cassação de representantes da esquerda, a edição de Atos Institucionais - que foram progressivamente fechando o regime - trouxe para um liberal convicto como Gudin a certeza de que o novo presidente da República estava no caminho certo. Contraditoriamente, o pensador liberal havia se convencido de que a liberdade do modelo democrático fora a causadora do desregramento econômico.³⁴

Em artigo, o ex-ministro destacou que a grande obra de Castello foi a “restauração da decência, da dignidade e da respeitabilidade do governo”, o que o tornava um exemplo “para tantos dos nossos políticos que condicionam sua atenção às suas vorazes ambições pessoais”.³⁵

Percebe-se, nesta análise, o descrédito verificado com a política tradicional, o que se refletiu, ainda, no apoio à nova Carta Constitucional, de 1967. Sob o argumento de que se evitava o “plebiscito dos demagogos”, Gudin aplaudiu o item que tornava indireta a eleição para a presidência da República, o que tornaria essa Constituição “a melhor que o Brasil já teve, como país independente, porque é [...] a única que não é utópica e que tem possibilidades de ser cumprida e respeitada”.³⁶

Confirma-se, portanto, uma perspectiva onde a manutenção da ordem prevalecia sobre o conceito de democracia. Sob tal lógica, apenas um governo forte e centralizador,

ainda que não autoritário, teria condições de solucionar o clima de instabilidade político-econômica que prevalecera no Brasil das últimas décadas.

A desilusão com o regime

Os governos militares que se sucederam após Castello Branco não foram vistos com o mesmo entusiasmo por Gudin. Apesar de todas as mudanças promovidas, um aspecto dos governos populistas permaneceu: concernente ao modelo centralizador, o estatismo ganhou novo impulso, o que, para o ex-ministro, seria um ato injustificável.

Seus biógrafos chamam atenção para o fato de que a insatisfação com o modelo estatal o fez se aproximar de um antigo adversário, a indústria nacional. Ao receber o prêmio de Homem de Visão, de 1974, o mestre uniu-se à insatisfação do empresariado: “o capitalismo brasileiro é mais controlado pelo Estado do que o de qualquer outro país, com exceção dos comunistas. Setores industriais, [...] que nos Estados Unidos estão em mãos privadas, foram no Brasil absorvidos pelo Estado”.³⁷

Junto com a excessiva concentração de poderes, o regime militar recebia ainda as críticas de Gudin pela relativa leniência com a inflação. Isso porque, após o rigor fiscal do governo Castello Branco, o foco havia se voltado para o estímulo ao crescimento, quando o “milagre brasileiro”, representado por expressivo crescimento do Produto Interno Bruto, resumia a questão econômica.

Ainda que reconhecesse o trabalho realizado pelos presidentes militares, que “exerceram e vêm exercendo o poder com inteiro respeito à dignidade do cargo”, Gudin reconheceu o desgaste causado por “certos poderes extraordinários do Executivo”. Em sua opinião, chegava o momento de atender aos reclamos pela volta do Estado de direito, com a ressalva de que se evitasse o retorno à “condição política e social dos anos que antecederam a revolução”.³⁸

Decepcionado com a persistência do regime discricionário, o ex-ministro admitiu que tinha “a esperança de ver desaparecer o nome do meu país entre as nações latino-americanas governadas por generais que se revezam no governo, de forma mais ou menos pacífica ou endêmica”. Contudo, a escolha do quinto general-presidente, João Batista Figueiredo, havia desfeito “qualquer possibilidade de ver realizada minha esperança, já que a futura sucessão será em 1985”.³⁹

Contrariando seu pessimismo, o mestre viveu o suficiente para presenciar a mudança de regime. Às vésperas de completar cem anos, a eleição de um presidente civil concretizou o desejo de Gudin por uma redemocratização conduzida em bases confiáveis.

Seu último artigo, publicado em março de 1986, revelava a euforia com o Plano Cruzado, um projeto de estabilização monetária baseado em congelamento de preços e controle sobre a economia.⁴⁰ De modo surpreendente, a trajetória desse economista encerrava-se distante do rigor liberal que a caracterizara por quase um século.

Notas

¹ Mestre em História (2005) pela Universidade Federal Fluminense. Doutorando em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

² *O Globo*, Rio de Janeiro, 11.10.1960, p. 2.

³ Idem.

⁴ Acerca da política brasileira na década de 1930, Oliveira esclarece que “nacionalismo e autoritarismo são ângulos distintos e complementares do processo de formação do Estado nacional. A soberania, como atributo exclusivo do Estado, e a capacidade de ação do governo federal sobre todo o território se unem na realização do objetivo comum de criar a nacionalidade”. OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Introdução*. In, Oliveira, Lúcia Lippi, Velloso, Mônica Pimenta & Gomes, Ângela Maria Castro (orgs). *Estado Novo. Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 16.

⁵ SIMONSEN, Roberto C.; GUDIN, Eugênio. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977, p. 62.

⁶ SCALERCIO, Márcio & ALMEIDA, Rodrigo de. *Eugênio Gudin. Inventário de flores e espinhos*, Rio de Janeiro: Insight, 2012, pp. 65/6.

⁷ Idem, p. 66.

⁸ KELLER, Vilma. *Eugênio Gudin*. In Abreu, Alzira Alves de, ... [et alii] (coord.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós-1930*, 2ª edição, Rio de Janeiro: Editora FGV, CPDOC, 2001, p.2665.

⁹ Idem, p. 2666.

¹⁰ Ibidem.

¹¹ SCALERCIO, Márcio & ALMEIDA, Rodrigo de. Op. Cit., p. 111.

¹² CAMPOS, Roberto. *A lanterna na popa*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994, p. 240.

¹³ KELLER, Vilma. Op. Cit., p. 2666.

¹⁴ SCALERCIO, Márcio & ALMEIDA, Rodrigo de. Op. Cit., p. 131.

¹⁵ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28.07.1978, Caderno B.

¹⁶ A CEPAL foi criada em 1948, por iniciativa do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, para estimular a cooperação econômica entre seus membros. Integram a Comissão os países da América Latina e Caribe, além de Canadá, França, Japão, Países Baixos, Espanha, Portugal, Reino Unido, Itália e Estados Unidos da América. Na avaliação de Celso Furtado, a CEPAL “constituiu o único esforço de criação de um corpo de pensamento teórico sobre política econômica surgido na vasta área do planeta que veio a ser referida como Terceiro Mundo”. FURTADO, Celso. *O capitalismo global*, São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 25.

¹⁷ Avaliando a desigualdade comercial entre as nações, o economista da CEPAL Raúl Prebisch argumentou que “para escapar aos constrangimentos da ordem internacional existente, os países periféricos tinham que adotar a via da industrialização, caminho real de acesso aos frutos do progresso técnico”. Apud FURTADO, Celso. *A fantasia organizada*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 62.

¹⁸ SCALERCIO, Márcio & ALMEIDA, Rodrigo de. Op. Cit., p. 192.

¹⁹ Apud KELLER, Vilma. Op. Cit., p. 2667/8.

²⁰ SCALERCIO, Márcio & ALMEIDA, Rodrigo de. Op. Cit., p. 196.

²¹ Segundo seus biógrafos, “quando estava no governo, pode-se dizer que suas ações foram bem-sucedidas. Em sua gestão, Gudin conseguiu reduzir à metade o déficit fiscal do governo. E viu a inflação mensal cair de 1,95% para 0,94%”. Idem, p. 209.

²² *Ibidem*, p. 198.

²³ *O Globo*, Rio de Janeiro, 08.05.1961, p. 2.

²⁴ Idem, 05.06.1959, 1ª p.

²⁵ *Ibidem*.

²⁶ *Ibidem*, 12.06.1959, p. 2.

²⁷ Scalercio e Almeida avaliam que “o medo comunista, a inflação galopante e a ‘indisciplina generalizada’ compunham a situação [...] e sustentavam a concepção em torno de uma ‘conspiração defensiva’, como se dizia nos bastidores da época”. SCALERCIO, Márcio & ALMEIDA, Rodrigo de. Op. Cit., p. 234.

²⁸ CARNEIRO, Paulo E. de Berredo. *O exemplo e a lição de Eugênio Gudin – traços de sua personalidade*, in Kafka, Alexandre e outros (orgs). *Eugênio Gudin visto por seus contemporâneos*. Rio de Janeiro: FGV, 1979, p. 15

²⁹ SCALERCIO, Márcio & ALMEIDA, Rodrigo de. Op. Cit., pp. 234/5.

³⁰ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 77.

³¹ SCALERCIO, Márcio & ALMEIDA, Rodrigo de. Op. Cit., p. 235.

³² KELLER, Vilma. Op. Cit., p. 2669.

³³ SCALERCIO, Márcio & ALMEIDA, Rodrigo de. Op. Cit., p. 238.

³⁴ Gudín argumenta que Castello Branco “tinha o culto da democracia”, e tentou governar com um Congresso “eivado de grave vício de origem”. A edição dos atos institucionais teria sido motivada pela tentativa de reorganizar o país após a “anarquia e o caos” dos últimos governos populistas. *O Globo*, Rio de Janeiro, 19.05.1969, p. 2.

³⁵ Idem, 24.07.1972, p. 2.

³⁶ Ibidem, 07.04.1969, p. 2.

³⁷ Apud SCALERCIO, Márcio & ALMEIDA, Rodrigo de. Op. Cit., p. 246.

³⁸ O Globo, Rio de Janeiro, 06.06.1975, p. 2.

³⁹ Idem, 16.01.1978, p. 2.

⁴⁰ Ibidem, 06.03.1986, p. 2.

FONTES

JORNAIS

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, julho, 1978.

O Globo, Rio de Janeiro, outubro, 1960 – março, 1986.

BIBLIOGRAFIA

CAMPOS, Roberto. *A lanterna na popa*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

CARNEIRO, Paulo E. de Berredo. *O exemplo e a lição de Eugênio Gudin – traços de sua personalidade*, in Kafka, Alexandre e outros (orgs). *Eugênio Gudin visto por seus contemporâneos*. Rio de Janeiro: FGV, 1979.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FURTADO, Celso. *A fantasia organizada*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____ *O capitalismo global*, São Paulo: Paz e Terra, 1998.

KELLER, Vilma. *Eugênio Gudin*. In Abreu, Alzira Alves de, ... [et alii] (coord.).

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós-1930, 2ª edição, Rio de Janeiro: Editora FGV, CPDOC, 2001.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Introdução*. In, Oliveira, Lúcia Lippi, Velloso, Mônica Pimenta & Gomes, Ângela Maria Castro (orgs). *Estado Novo. Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SCALERCIO, Márcio & ALMEIDA, Rodrigo de. *Eugênio Gudin. Inventário de flores e espinhos*, Rio de Janeiro: Insight, 2012.

SIMONSEN, Roberto C.; GUDIN, Eugênio. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.